

NA COVA DOS LEÕES: CONFLITOS E CONTRADIÇÕES ENTRE ADVENTISMO E POLÍTICA

Allan Wine Santos Barbosa
E-mail: allan94b@hotmail.com
FAPESP
UFSCar
Graduando

O debate antropológico sobre as interações e articulações entre política e religião vem ganhando cada vez mais força na disciplina. No Brasil, especialmente por conta da crescente inserção de candidatos que se definem por posturas vinculadas a diferentes denominações no cenário político. Através de uma perspectiva inversa da que geralmente permeia a discussão, este trabalho enfoca as razões e valores cosmológicos que levam uma igreja a recusar-se a se inserir na política. Fazendo uso de abordagens que lidam com a análise do Velho Testamento e dos valores nele contidos, busca-se trabalhar aqui os discursos, práticas e doutrinas da Igreja Adventista do Sétimo Dia para permanecer como uma instituição apartidária, ao mesmo tempo que busca a disseminação de uma vasta gama de valores e ideais para toda a sociedade na qual se insere. Outro ponto de interesse deste trabalho é o constante processo de negociação entre uma dimensão formalista que pauta o posicionamento da igreja e os dilemas e conflitos que turvam as fronteiras entre o público e o privado, transcendência e mundanidade, crença e experiência, na vida do fiel. Por fim, tais reflexões são inseridas no contexto cosmológico maior do adventismo, a saber, a forte ênfase na proximidade do apocalipse e da volta de Cristo, além, claro, da fundamental questão do processo de salvação da pessoa, que suscita interessantes discussões sobre o quanto o fiel pode ou deve se envolver numa dimensão que oferece constantes riscos ao indivíduo cristão por se encontrar no limiar entre fé e pecado, como é o caso da política.

Palavras-chave: cristianismo; política; Velho Testamento; Apocalipse; pecado.

Muitos antropólogos e sociólogos abordaram a relação entre religião e política, seja através da presença do religioso no espaço público ou da análise a partir da crescente inserção de políticos ligados à bancadas religiosas no poder executivo e legislativo. Análises desse tipo enfatizaram a interação entre os diversos campos da vida social e apresentam uma imagem do domínio religioso como entrelaçado à ação política, isto é, visando conduzir os processos legais por meio de valores embebidos em cosmologias específicas. Os conflitos advindos dessa interação também receberam atenção dos estudiosos, tanto com relação ao embate entre as diversas religiões pela maior capacidade em tomar parte nas decisões políticas, quanto à

contenda entre posições secularistas e religiosas na forma como o Estado republicano reconhece o religioso (cf. BIRMAN, 2003 e ORO; STEIL; CIPRIANI; GIUMBELLI (orgs.), 2012).

Embora muito interessantes e pertinentes tais debates acabam servindo melhor ao estudo das religiões que possuem maior afinidade entre seus sistemas de valores e a política do que à religiões que buscam um afastamento dessa dimensão da vida social. O objetivo deste estudo é abordar um desses casos, a Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD), buscando a compreensão das razões e discursos que fundamentam uma postura de vida que se vê como afastada (cosmologicamente, inclusive) da vida política no sentido estrito do termo, isto é, de um processo de engajamento da igreja na disputa eleitoral e de sua presença como agente ativo de influência nas decisões públicas. Argumenta-se que a explicação para essa postura localiza-se na cosmologia adventista, conforme sugerem os relatos e obras da própria igreja. É preciso, entretanto, fazer uma distinção fundamental neste ponto; a linguagem adotada aqui para referenciar a esse afastamento da igreja da política diz respeito à igreja como instituição e sua postura oficial. Assim sendo, ficará clara na fala dos fiéis uma distinção entre vida privada e postura institucional da IASD; a própria igreja incentiva o voto e o acompanhamento dos mandatos dos candidatos, assim como reconhece o papel fundamental da política do mundo, ao mesmo tempo em que afirma a incompatibilidade entre sua doutrina e uma ação política ativa, o que ficará claro mais adiante.

A questão, portanto, que suscitou essa reflexão é: por que diversas igrejas possuem candidatos próprios (que são fiéis) e fazem intenso trabalho de divulgação eleitoral para conseguir eleger tais candidatos, enquanto a IASD pouco fala de política³⁹¹ e chega até mesmo a lançar uma nota em seu site afirmando sua posição de neutralidade e não participação:

Em tempos onde a política e a religião se cruzam permanentemente com impacto direto na vida dos religiosos, a Igreja Adventista do Sétimo Dia sente necessidade de deixar claro seu posicionamento frente a temas relacionados à política e eleições. Ao mesmo tempo em que não é proprietária e nem incentiva a participação em partidos

³⁹¹ No trabalho de campo, realizado ao longo de 2013 e 2014, o assunto não surgiu nos sermões e lições mais do que quatro ou cinco vezes, sem qualquer intensificação no período eleitoral; também na conversa dos fiéis o assunto surgia esporadicamente e nunca como apontando escolhas ou preferência, apenas decepção e desilusão com a política como um todo.

políticos por parte de seus membros, a Igreja Adventista também reconhece seu papel dentro da sociedade como uma organização ativa e envolvida com questões pertinentes à cidadania.

(...)

Existem pelo menos três princípios fundamentais que regem a posição da Igreja Adventista do Sétimo Dia sobre a política. Um deles é o princípio da separação entre Igreja e Estado, o que leva a cada uma dessas entidades a cumprir suas respectivas funções sem interferir nos negócios da outra. A Igreja crê que só poderá preservar esse princípio por meio de uma postura denominacional sem compromissos partidários, não se posicionando nem a favor e nem contra quaisquer regimes ou partidos políticos. (...)

A Igreja encontra nos ensinamentos de Cristo e dos apóstolos base suficiente para evitar qualquer militância política institucional. O cristianismo apostólico cumpria sua missão evangélica sob as estruturas opressoras do Império Romano sem se voltar contra elas. O próprio Cristo afirmou que o Seu reino “não é deste mundo” e que, por conseguinte, os Seus “ministros” não empunham bandeiras políticas (João 18:36). Qualquer compromisso político ou partidário por parte da denominação dificultaria a pregação do “evangelho eterno” a todos os seres humanos indistintamente (Mateus 24:14; Apocalipse 14:6).

Outro princípio fundamental é que o nível de justiça social de um país é diretamente proporcional ao nível de justiça individual de cada um dos seus cidadãos, e que esta justiça individual, por sua vez, deriva do interior da própria pessoa.³⁹²

Essa nota apresenta diversos pontos fundamentais para esta reflexão. Em primeiro lugar, afirma sua neutralidade e afastamento ante a política, ao mesmo tempo em que reconhece que é no nível da pessoa, do cidadão, que reside o imperativo da escolha e da participação política, não na instituição em si. Além disso, fica claro o ideal laico proposto pela IASD, afirmado frequentemente nos sermões, que parece ser entendido como uma contrapartida recíproca da liberdade religiosa. Os adventistas se encaram como perseguidos, especialmente no que concerne à sua história, seja por suas crenças ou por sua prática da guarda do sábado; o preceito de que a igreja não deve se introduzir nos negócios do Estado está intimamente ligado ao preceito de que o Estado também não deve se intrometer nos negócios da igreja³⁹³. Por fim, fica claro o caráter da política a que a igreja se propõe a fazer, uma política ligada ao reino de Cristo, que “não é deste mundo”; este é o princípio orientador dessa postura de

³⁹² Disponível em: www.adventistas.org/pt/institucional/os-adventistas-e-politica/.

³⁹³ A grande compatibilidade entre o adventismo e uma postura próxima da filosofia liberal fundamenta um sistema de valores, ou melhor, um sistema de valores-deias (*value-ideas*), como coloca Dumont (2013), que combina valores de uma moralidade cristã de origem judaica com outras formas de representação não-normativas cuja origem remonta, respeitadas as devidas proporções, aos ideais liberais americanos (que é o país de origem da IASD); tais valores se apresentam como bastante próximos aos descritos por Tocqueville em seu estudo sobre a democracia na América.

afastamento da igreja em direção a uma política extramundana que também opera com uma linguagem semelhante, através de termos como ministros, reino, governo, etc.

Cabe agora discutir como esses princípios se articulam à cosmologia adventista e como esse sistema de ideias e valores é operado nos discursos e práticas dos fiéis. Os trabalhos de Louis Dumont serão de grande auxílio para a apreensão dessas questões, na medida em que permite a construção de um panorama hierárquico entre valores, domínios cosmológicos e práticas. Mas antes disso, é interessante abordar aqui o ponto de origem, colocado pelos fiéis, dessa problemática entre política e religião. É na narrativa de Saul e Davi que se encontram tais explicações e para apreendê-las convém utilizar algumas propostas de Edmund Leach, apresentadas em suas análises do Velho Testamento através do método estrutural de análise dos mitos (LEACH, 1983; especialmente capítulo 2). Nesse trabalho Leach argumenta que a “estória” de Salomão (que inclui Saul e Davi) opera uma síntese entre duas proposições: “a endogamia judaica – os judeus devem ser um povo de sangue puro e de religião pura, vivendo em isolamento na Terra Prometida”-, e a diversidade de povos presentes na Palestina, fazendo com que “os judeus e seus vizinhos ‘estrangeiros’ [casem-se] entre si livremente” (Idem: 75-76). A narrativa que vai de Saul a Salomão, nesse sentido, serve como um “artifício dramático”, fazendo com que “a segunda destas descrições, que é moralmente má, [exemplifique] a primeira descrição, que é moralmente boa” (Ibid.).

O que mais interessa a presente discussão é essa oposição estrutural entre israelenses/judeus, enfatizada por Leach como um elemento central na compreensão dos sistemas míticos do Velho Testamento. A fala de uma interlocutora da IASD esclarecerá a pertinência da questão:

[Na época de Saul] as outras nações que viviam em redor deles [dos israelitas] tinham rei e eles achavam bonito; o ser humano gosta de ter uma Dilma ou um Aécio no poder. O ser humano precisa disso, ele precisa ver; e aí eles não podiam ver Deus, e começaram a perceber que, quando outras nações saíam para a guerra, ia junto um rei, todo bem vestido, cheio de pompa. Ele era escolhido a dedo, um homem maravilhoso, lindo; o ser humano gosta disso, da aparência. Então eles começaram a reclamar, isso foi na época do profeta Samuel, que fica desapontado e fala para Deus “Eles estão me rejeitando”, pois Samuel era o profeta que fazia a mediação entre Deus e os israelitas. (...) E Deus fala “Não, antes eles rejeitaram a mim”. Então eles rejeitaram a Deus, não quiseram mais ser dirigidos por Ele, pois tem toda aquela história, durante os 40 anos no deserto, eles foram guiados por

Deus. Deus não os abandonou, assim como deu a eles um rei (...). Então hoje nós estamos condicionados a esses “reinos”.

Esta fala apresenta alguma compatibilidade com o modelo exposto por Leach, pois em ambos os casos é visível que a grande questão é a influência (ou a interação) dos povos estrangeiros sobre os israelitas. O autor demonstra como, no caso de Salomão, as esposas estrangeiras por ele tomadas acabam desviando-o do caminho e da postura correta perante Deus. Um exemplo disso são os altares construídos por Salomão para os deuses de suas esposas, uma grande transgressão de valores e normas rituais. Tudo isso parece sugerir que o contato necessário, para fins políticos, que os israelitas tinham com seus vizinhos estrangeiros operava como abertura para elementos cosmológicos, práticas e valores externos, geralmente contrários às leis de Deus e certamente contrários aos ideais de isolamento e pureza judaicos. Como aponta o relato, a própria política parece surgir através dessas interações com a alteridade, como uma importação de um elemento desnecessário a um povo dirigido diretamente por Deus. Apesar disso, não se pode dizer que foi apenas por motivos de aparência que os israelitas pediram um rei a Samuel, já que os filhos deste não apresentavam as características para conduzir a frágil aliança que unia as tribos de Israel³⁹⁴.

Claro que os primeiros reis foram escolhidos por Deus, através de Samuel, o primeiro sendo Saul. Entretanto, a própria história desse rei confirma o problema que os israelitas atraíram para si, já que Saul desobedece a Deus tanto em relação a diretrizes rituais (Saul realiza um sacrifício quando não devia) quanto a assuntos militares (poupando o rei dos amalequitas e seu rebanho, quando a ordem de Deus exigia a execução de todo esse povo). Esses eventos levam à rejeição de Saul por Deus e a busca de Samuel por um novo rei, que acaba por ser Davi. Leach faz um estudo detalhado de toda essa narrativa, de Saul a Salomão, chamando atenção para o constante problema suscitado pela relação entre israelitas e estrangeiros, cujo grande pico é a legitimação de Salomão como o rei de toda Israel através da

³⁹⁴ Como consta em I Samuel 8:1-5: E sucedeu que, tendo Samuel envelhecido, constituiu a seus filhos por juízes sobre Israel. E era o nome do seu filho primogênito Joel, e o nome do seu segundo Abia; e foram juízes em Berseba. Porém, seus filhos não andaram pelos caminhos dele, antes se inclinaram à avareza, e tomavam presentes, e perverteram o juízo. Então todos os anciãos de Israel se congregaram, e vieram a Samuel, a Ramá, E disseram-lhe: Eis que já estás velho, e os teus filhos não andam pelos teus caminhos: constitui-nos, pois, agora, um rei sobre nós, para que ele nos julgue, como o têm todas as nações.

ligação com diversos ramos genealógicos, garantindo seu governo sobre diversos territórios da Palestina.

A partir de toda essa problemática narrativa, fica claro o motivo da desconfiança com que o adventismo (que é uma denominação com grande ênfase nos estudos sobre o Antigo Testamento, em contraste com outras correntes do cristianismo que se focam mais no Novo) encara a política. Sendo esta uma dimensão da vida social que se constituiu através de um afastamento do povo em relação a Deus, e considerando a miríade de problemas e conflitos que preenchem as narrativas régias de Israel, os adventistas nutrem pouca simpatia por um governo humano, enfatizando a superioridade hierárquica de um governo divino, conforme prometido por Jesus nos evangelhos do Novo Testamento.

Mas seria exagerado e demasiadamente abstrato considerar que esse quadro estrutural apenas constitui o eixo maior do englobamento dos governos terrestres pelo governo divino. E para entender a outra face do problema é preciso direcionar o olhar para o outro extremo da narrativa bíblica, o apocalipse. Uma das características definidoras da IASD é sua ênfase na volta de Jesus no fim dos tempos, evento que não se encontra muito distante dos dias atuais. Por conta disso, toda a cosmologia adventista opera com vistas ao preceito de que o mundo vive seus últimos dias e de que a promessa de Jesus em retornar e levar os justos consigo para a cidade celestial se encontra próxima de seu cumprimento. A questão, portanto, a que nos interessa abordar é como ocorre a interação entre essa lógica escatológica (uma lógica profética e, por conseguinte, histórica) e um possível princípio de ação no mundo, cuja grande expressão é a ação política.

Enquanto diversas igrejas, especialmente pentecostais e neopentecostais, parecem operar através de uma lógica de envolvimento no mundo, o adventismo faz o caminho inverso. Dito de outra forma, as igrejas em geral costumam conceber a possibilidade de um englobamento da política pela religião através da inserção e participação dos fiéis nesse campo. Em termos bastante rudes, o político fiel adentra a política tendo consciência de que está se colocando numa posição de risco, dado que a política é um domínio facilitador da ação de Satanás, mas o faz tendo em vista manter sua condição e postura religiosa, dirigindo as decisões com base nos valores da igreja a que pertence. Essa operação parece partilhar de uma

lógica próxima da Teodicéia de Leibniz, conforme demonstrada por Dumont (2013), em que as noções de Bem e Mal não podem ser apreendidas como elementos independentes entre si. O sistema se apresenta como uma ordenação hierárquica em que a relação entre os termos em vista à totalidade é central, pois

real perfection is not the absence of evil, but its perfect subordination. (...) [It is] a universe thick with the different dimensions of concrete life, where they have not yet come apart. (...) It is just a matter of advancing in the perception of the relation between them. (DUMONT, 2013: 301).

A sugestão de Dumont aponta para uma compreensão do sistema através não da análise das partes em si, uma metodologia embebida nos valores do individualismo moderno, mas da interação entre os elementos e da relação de tais elementos com a totalidade. Tal preceito parece oferecer um caminho interessante quando aplicado à apreensão de questões como a da interação entre política e religião, pois o que está em jogo é a forma pela qual um elemento busca subordinar o outro em relação a um sistema de valores-ideias (*value-ideas*) cosmologicamente superior. Evidentemente é preciso ter em mente que, na vida concreta, essa configuração adquire uma miríade de formas, práticas e discursos, mas o princípio subjacente permanece o de constituir uma totalidade em que uma lógica englobante subordina um quadro de valores moralmente inferior (pois alinhado com o pecado): a política secular (ou *do mundo*).

Essa visão é, obviamente, esquemática e de caráter típico-ideal, sendo que contextos etnográficos específicos possivelmente apontam para direções diferentes. Ainda assim, uma postura como a descrita acima faz sentido quando aliada a uma concepção do mundo como um ambiente irremediavelmente margeado pelo pecado. O fiel deve, dessa forma, buscar a permanência de sua condição de justo, mesmo que sob o constante risco de sofrer a ação de Satanás e cair em pecado. A alternativa ao conflito (elemento definidor da política), nesse caso, é a hierarquia, isto é, a perfeita subordinação (englobamento) do mal ao bem. Entretanto, não é isso o que se percebe no caso adventista, em que os fiéis a igreja não promove tais iniciativas de inserção na política. A perspectiva de um iminente fim dos tempos parece conter a explicação do problema.

Não é possível descrever aqui, por falta de espaço, o complexo quadro escatológico como proposto pelo adventismo, entretanto é fundamental apresentar as mudanças cosmológicas que se efetivam a partir desse evento. Em primeiro lugar, a linha de acontecimentos que compreende Advento, salvação e armagedom tem como consequência, assim como a maioria de narrativas escatológicas, a eliminação do mal (pecado, centralizado na figura de Satanás). Em segundo lugar, o desdobramento seguinte a isso é a transferência da cidade celestial (a Nova Jerusalém) para onde é hoje o Monte das Oliveiras. Os fiéis enfatizam bastante que, tanto o arrebatamento na segunda volta de Cristo, quanto a vida nesse paraíso, se dão numa dimensão física, isto é, não em espírito ou qualquer outra noção que implique em transcendência. Não interessa para a presente discussão a relação entre transcendência e mundanidade no adventismo, mas sim o preceito de que é nesse paraíso terrestre que se constituirá o verdadeiro governo de Deus. A inversão em relação à nota apresentada no início deste artigo é que o governo de Deus (um governo que “não é deste mundo”) torna-se um governo no mundo quando da eliminação do pecado, ou melhor dizendo, da eliminação do operador cosmológico da separação entre Deus e humanidade conforme apresentado em Gênesis³⁹⁵.

Esse quadro justifica uma concepção que parece margear o adventismo de que não há muitas razões para adentrar um domínio tão marcado pelo pecado quanto a política, seja pela proximidade da instauração do verdadeiro governo, seja pelo risco de corrupção que poderia fazer a pessoa perder seu possível status de justo (comprometendo a salvação individual). Se a alternativa à hierarquia no caso anterior era o conflito, o adventismo aparenta, neste caso específico, propor a exclusão como o oposto ao englobamento. Essa exclusão é baseada num ideal cosmológico que se faz presente em Gênesis pré-Queda e nas promessas de Deus para

³⁹⁵ A definição adventista do pecado é uma separação entre Deus e homem. O início de Gênesis narra uma história em que Adão e Eva estavam em pleno contato com Deus, havendo diálogos e interação efetivos entre eles. Entretanto, e como colocou um interlocutor, após a Queda, Adão e Eva se esconderam envergonhados ao serem chamados por Deus, e é justamente esse o ponto, pois eles apenas ouviram a voz de Deus, mas não mais O viam. Isso tudo sugere uma operação de modificação ontológica a partir da inserção do pecado na criação; tal operação tem como consequência o distanciamento entre divindade e humanidade, que apenas aumentou com o passar do tempo (como narra a Bíblia) e com o avanço do pecado.

após o apocalipse. Tal ideal consiste numa criação livre do pecado e livre de Satanás³⁹⁶, o que implica na reaproximação entre Deus e humanidade. Essa reaproximação também significa a efetivação de uma política conduzida por Deus, um padrão buscado mesmo na situação atual, permeada pelo pecado, na medida em que, segundo uma interlocutora,

Nós, como cristãos, temos de respeitar [os governos atuais] e orar, para que Deus faça o melhor. Pois nós escolhemos assim, o Brasil escolheu assim [sobre as eleições de 2014].

O ideal de que Deus conduza a política da melhor forma possível, acionado através da oração, unido ao preceito (cuja origem está nos escritos de Paulo) de que o cristão deve respeitar os governos sob os quais vive, parece ser o máximo de ação em que a igreja busca se envolver numa dimensão doutrinária. O foco deve ser o reino de Deus, não o “reino” de um partido ou de um candidato, e como o Advento de tal governo se faz próximo, não convém se envolver demais nas tramas arriscadas da política mundana, para não dar chances ao Inimigo. Na verdade, o momento se faz ainda mais crítico com relação à política por ser de conhecimento dos adventistas, através dos escritos proféticos de Ellen White, que o próprio Anticristo virá no princípio do fim realizando grande uso da política e se fazendo passar pelo verdadeiro rei, Jesus.

Apesar disso, o quadro aqui apresentado é referente apenas à doutrina, ou melhor, à igreja como instituição que se quer neutra e afastada das disputas da política mundana. Resta apreender como se dá a interação entre o fiel individual e a política.

A gente sabe que no passado, por exemplo, no tempo da rainha Ester, num determinado momento ela se tornou rainha, Deus precisava dela como rainha para libertar Seu povo. Ela se vê no harém do rei e é escolhida como rainha, ela não pediu por isso; quando acontecia isso [constituição de um harém] o rei mandava buscar as moças, elas não tinham escolha. (...) Foi a mesma história de Daniel, que também foi levado como cativo para outro reino. Então eles eram arrancados da família e levados como escravos. José, do Egito, também tinha uma família, mas Deus permitiu que ele fosse porque Ele tinha um plano. Então Deus pode levar, um servo seu até lá [política] por um propósito, mas não sei se é o caso, se nos nossos dias vai acontecer alguma coisa assim. Porque o nosso rei [Jesus] é real.

³⁹⁶ O próprio motivo da revolta de Lúcifer parece possuir algum fundamento político, pois consistiu num desejo do caído em se igualar a Deus como senhor de toda a criação, uma transgressão ligada à inveja, mas também, talvez, ao desejo por poder.

Muitas questões são suscitadas por essa fala e o estudo das histórias desses três personagens (José, Ester e Daniel) demandaria um esforço de análise estrutural semelhante ao de Leach, já que parece haver um padrão unindo as narrativas. Entretanto, alguns pontos podem ser destacados aqui; o primeiro deles é que a iniciativa de um fiel partir para a política vem de Deus. Essa proposição está de acordo com a frequente afirmação nos sermões de que os dons dados por Deus para as pessoas estão imbuídos numa lógica da reciprocidade: Deus concede dons (muitas vezes denominados *chamados*) às pessoas, ao mesmo tempo em que espera algo em retorno. É problemático (e um pecado contra o Espírito Santo) que uma pessoa possua um dom e não o utilize ou o utilize com propósitos mal intencionados; a política não parece ser exceção, logo, a neutralidade política da IASD se justifica por essa concepção de que a ação política é uma inspiração divina e concerne à relação pessoal entre o indivíduo e Deus. Se a pessoa se sente inspirada por Deus para adentrar a política e tentar agir de acordo com seus valores, não é papel da igreja (como instituição) interferir, seja para proibir ou auxiliar. Apesar disso, a IASD tem programas de auxílio para ajudar as pessoas a desenvolverem seus dons, desde aulas de música até bolsas de estudo; entretanto, a política parece figurar numa zona cinzenta em que a igreja prefere não adentrar, embora os fiéis possam apoiar candidaturas, especialmente de candidatos adventistas. A inclinação política, portanto, escorre para o domínio privado, circunscrita à noção de chamado que a localiza na relação entre pessoa e divindade, tal como ocorre nas três narrativas bíblicas citadas.

Outro ponto interessante que une as histórias é que o perigo parece permear esses chamados. Os problemas enfrentados por José como escravo no Egito, os desafios de Ester no harém do rei persa e o cativo de Daniel na Babilônia sugerem que, para adentrar a política, a pessoa se submete a riscos, sejam físicos, simbólicos ou rituais. Um desses perigos, bastante presente na política moderna, é a influência exercida por outros agentes não religiosos sobre o fiel que se arrisca nesse campo. Muitas vezes no discurso dos interlocutores surgiram constatações de que, por mais que um político adventista seja bem intencionado, dificilmente ele conseguirá fazer alguma coisa, pois os demais políticos o impedirão em todos os sentidos. A narrativa de Daniel na cova dos leões é esclarecedora nessa discussão, pois as razões para que Daniel, um exímio e culto político, acabe sendo lançado para as feras é que este atraiu

para si a hostilidade dos ministros, capitães e príncipes. A lógica formalista inerente à política deu margem para a elaboração de uma armadilha para Daniel, da qual nem a simpatia de Dario pôde livrá-lo. É bem verdade que Deus protegeu Daniel e o livrou de todos os perigos, entretanto nem todos os homens são Daniel e, na concepção dos fiéis, poucos seriam capazes de agir com tamanha retidão e obediência a Deus em casos semelhantes. A política, dessa forma, quando não guiada diretamente por Deus, se apresenta como um domínio de extremo risco, seja de corrupção, da ação de Satanás, dos demais políticos ou da própria política; uma verdadeira cova dos leões.

Essa interpretação parece se adequar à frase final do relato, carregada de incerteza com relação ao caráter mundano da política, mas que apresenta a esperança da volta de Cristo e da instauração de seu governo. Um governo que elimina o mal e se constitui como o mais adequado para uma situação em que foi superada a separação entre Deus e humanidade. Por fim, convém dizer que a ênfase no Velho Testamento é dada pelos próprios fiéis, e o adventismo como um todo valoriza bastante uma concepção de continuidade na Bíblia, em que as linhas de acontecimentos, profecias, promessas e punições só podem ser compreendidas através do estudo da Bíblia como totalidade, de Gênesis a Apocalipse, e não como fazem muitas igrejas ao conceberem o Novo Testamento como uma espécie de renovação do Antigo.

Esta reflexão buscou demonstrar que os fundamentos da incompatibilidade entre a Igreja Adventista e a política mundana são de caráter cosmológico, cujas raízes mítico-históricas remetem ao Antigo Testamento e que possuem desdobramentos importantes até no próprio Apocalipse. Através de narrativas sobre a origem da política **do** mundo, sua condução e conseqüente superação em prol de um governo divino, fundamenta-se uma percepção de que, enquanto muitas igrejas se esforçam para adentrar o domínio político visando subordiná-lo aos valores cristãos, a IASD procura manter-se distante de uma ação política institucional que vá além da oração. A política, dessa forma, passa a ser concebida como um dom, ou chamado, individual (em contraste com uma possível obrigação congregacional), se localizando na relação entre Deus e pessoa. O foco aqui escolhido foi na dimensão institucional e doutrinária, e é importante deixar claro que no nível individual os fiéis

compreendem a importância do voto e da cidadania, enfatizando os deveres cívicos e da necessidade de fazer a melhor escolha disponível nas eleições. Se a política pode ser vista como uma cova dos leões, ainda sim não significa que possa ser ignorada, e todo fiel sabe que, enquanto não ocorre a volta de Cristo, é preciso conviver da melhor forma possível com o governo dos homens.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Ronaldo de. 2009. *A Igreja Universal e Seus Demônios*. São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- BIRMAN, Patrícia (org.). 2003. *Religião e Espaço Público*. São Paulo: Attar.
- CANNELL, Fenella. 2005. *The Christianity of Anthropology*. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 11, nº 2, 335-356.
- DUMONT, Louis. 1988. *Homo Hierarchicus*. São Paulo: EDUSP.
- _____. 1993. *O Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica da ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- _____. 2013. *On Value: The Radcliffe-Brown Lecture in Social Anthropology, 1980*. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, vol. 3(1): 287-315. Disponível em: <http://www.haujournal.org/index.php/hau/article/view/hau3.1.028/317>. Acesso em: 15 de outubro de 2014.
- LEACH, Edmund. 1983. "A legitimidade de Salomão". In: DA MATTA, Roberto (org.). *Edmund Leach (Grandes cientistas sociais)*. São Paulo: Ática.
- MAFRA, Clara; ALMEIDA, Ronaldo de (org.). 2009. *Religiões e cidades*. São Paulo: Terceiro Nome.
- MENEZES, Renata C.; TEIXEIRA, Faustino L. C. (Orgs.). 2011. *As Religiões no Brasil: continuidades e rupturas*. 2a. ed. Petrópolis: Vozes.
- MONTERO, Paula. 1999. "Religiões e dilemas da sociedade brasileira". In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo/Brasília: Anpocs/Capes.
- ORO, A.; STEIL, C.A.; CIPRIANI, R.; GIUMBELLI, E. (Orgs.). 2012. *A Religião no Espaço Público - Atores e Objetos*. São Paulo: Terceiro Nome.
- ROBBINS, Joel. 2008. *Sobre alteridade e o sagrado em uma época de globalização: o "trans" em "transnacional" é o mesmo "trans" de "transcendente"?*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1.
- _____. 2011. *Transcendência e Antropologia do Cristianismo: linguagem, mudança e individualismo*. *Relig. soc.*, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1.